

Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar¹

José Miguel Arias Neto

Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social – UEL e Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação História e Regiões – Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais, Política e Mídia. Bolsista Produtividade 2 CNPq.

RESUMO

Este artigo narra a experiência da descoberta/construção da Imprensa Militar do século XIX como objeto de pesquisa, relaciona as suas principais publicações e procura discutir algumas possíveis abordagens teórico-metodológicas acerca desta temática. Especificamente trabalha-se com a Revista Marítima Brasileira publicada por oficiais da Marinha no período de 1851 a 1855.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Militar, Política, Representações, Profissionalização Militar

ABSTRACT

This article recounts the experience of discovery and construction of 19th century military press as a research object; lists its major publications and discusses some possible approaches to this specific press. This study works specially with Brazilian Maritime Magazine published by naval officers in the period between 1851 and 1855.

KEYWORDS: Military Press, Politics, Representations, Military Professionalization

A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

Este artigo se constitui, em parte, como relato da experiência da “descoberta” da imprensa militar, como objeto de pesquisa da Historiografia brasileira. Neste sentido, de antemão peço desculpas ao leitor por utilizar, em parte deste escrito, o relato em primeira pessoa. De fato, sempre utilizo o impessoal, quer por hábito, quer por temperamento, quer por estratégia linguística.

Por volta do ano de 2001 concluí minha tese de doutoramento acerca do evento que denomino hoje, por convicção teórica e política, de Revolução dos Marinheiros de 1910². Emprego o termo Revolução no sentido a ele conferido por Hannah Arendt como um momento da constituição de um espaço público, isto é, de um espaço de liberdade, a partir do qual os homens criam novas formas de governança e de autoridade³. Tratava-se do caso dos marinheiros de 1910 de constituição de um espaço onde fossem discutidas e solucionadas questões referentes à Marinha vinculadas à sua própria existência e identidade, por eles definida como *cidadãos fardados*.

Somente esta proclamação enunciada no manifesto endereçado ao governo do Marechal Hermes da Fonseca – cidadãos brasileiros, republicanos e fardados – provocou tal inquietação, em especial porque até os idos de 1996, momento que iniciei a pesquisa, salvo algumas exceções⁴, o movimento dos marinheiros era entendido pelos contemporâneos do acontecimento, pelos memorialistas e por boa parte da então escassa historiografia ci-



vil⁵ como *revolta contra os castigos corporais* cujo símbolo maior era a *chibata*, daí o epíteto *Revolta da Chibata*. Por outro lado, a abundante memória e a historiografia produzida pelos próprios militares da Marinha insistiam e insistem ainda hoje em definir o movimento como quebra de hierarquia, nominando-o como insubordinação ou revolta.

Estas duas tradições historiográficas travavam um surdo debate: de um lado, para a memória e historiografia civis, a revolta explicava-se pela permanência dos castigos corporais ao longo do século XIX e XX, como correlato de uma mentalidade aristocrática e escravista que não havia se modificado ao longo do tempo nos quadros de Marinha. Por outro lado, os memorialistas e historiadores militares apontavam a mesma permanência dos castigos, mas procuravam justificá-la como “mal necessário” decorrente das ideias conservadoras de Macedo e de Gilberto Freire⁶. Para estes, haveria no Brasil um fosso que separava, de um lado, a *modernização das coisas, ou tecnológica* – traduzida no caso em questão pela aquisição da esquadra de 1910, e, de outro, o *atraso das pessoas*, compreendido dentro de conceitos e teorias raciais do período, em outras palavras, tratar-se-ia da natureza do brasileiro viver em um estado de quase barbárie. Assim haveria um fosso antropológico, configurado pelo *estado da população* que constituiria uma inflexão na trajetória histórica nacional, obstáculo que era a uma modernização real. Em outras palavras, para esta vertente historiográfica as tentativas de modernização alteravam a fachada das instituições, mas permanecia seu fundo de atraso, o que procurava justificar a manutenção da violência exercida pela elite em relação às camadas populares.

Estas interpretações apresentam limites claros. Assim, foi preciso compreender que tradição e mudança, continuidades e rupturas se articularam na eclosão da Revolução dos Marinheiros. Como se explicaria, então, os termos e a identidade autodeclarada pelos marinheiros em seu manifesto encaminhado ao governo? E como explicar demandas tão republicanas? Fui me convencendo de que não seria possível conhecer muito mais do movimento de 1910, sem compreender a

Marinha como instituição/Força Armada. Até porque, como historiador, me parecia absolutamente incrível a afirmação de que nada mudara ao longo de quase cem anos desde a fundação do Império. Deriva desta questão uma atitude frente a esta historiografia e a esta memória: ou se partilha de sua visão da história ou então a tomamos como problema, como questão histórica a ser investigada.

O fato é que, quando embarcamos em uma aventura de investigação histórica, ela termina por nos levar a lugares que não supúnhamos existir e nos apresenta tempos que pensávamos desaparecidos. E, como observa Walter Benjamin, tudo aquilo que um dia aconteceu pode ser matéria para a História, pois se reatualiza como possibilidade no mundo dos homens, assim como a vinda do Messias pode ocorrer a qualquer momento, fomos tentar entender a estrutura e a dinâmica da Marinha do Brasil para responder algumas questões: o que era essa modernização?, que impacto ela realmente causou na Força?, teria ela criado, como um *deus ex machina*, uma situação tal que provocou o movimento de 1910? Seriam os marinheiros envolvidos neste movimento condenados da terra, bárbaros, atrasados, e, portanto, configuravam uma população que somente a violência poderia conter e coagir ao trabalho?

Diante de questões assim iniciei a investigação, e ela foi me fazendo recuar no tempo, pois as questões dos navios, das guarnições, dos castigos principiaram a configurar um quadro que, de fato, não era uma novidade em 1910. Percebi então que os processos de *modernização* não emergiram naquele momento, ao contrário, as questões deles decorrentes atravessaram o século XIX, o que não significa afirmar a existência de *um processo linear de modernização* e menos ainda da permanência de um mesmo conjunto de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

No caso das Forças Armadas, especialmente no que tange à Marinha de Guerra, a modernização tecnológica adquiriu contornos dramáticos tal a velocidade com que se processaram. Um quadro resumido pode demonstrar as rápidas transformações na construção naval e no desenvolvimento da artilharia:

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO ⁷		
Ano	Artilharia	Construção Naval
1850	Alma lisa Granadas sólidas Carregamento pela boca	Revestimento de couraça de ferro
1860	Alma rajada Granadas ocas Carregamento pela culatra Invenção do torpedo autopropulsado	Casco metálico de ferro
1870	Tubos lança-torpedos Withworth X Armstrong	Emprego do aço na construção de navios
1880	Radiotelegrafia	Casco inteiramente de aço
1890	–	Turbinas de propulsão Submarinos

Essas transformações aceleradas provocaram, entre os oficiais de Marinha e as altas autoridades, debates sobre a necessidade e os modos de implementá-las frente a diferentes contextos como a guerra com o Paraguai, ou a corrida armamentista global que se inicia ao final do século XIX e início do XX. Este debate foi balizado também pelas relações entre Brasil e Argentina, cuja tensão após a Guerra com o Paraguai foi crescente, pela potencial ameaça que o desenvolvimento desta bem como do Chile, ao final do século XIX, acarretava ao Brasil, que pretendia a manutenção de seu *status* de potencial regional.

Naquele período mantinha-se na historiografia a representação, atualmente já desconstruída por pesquisas recentes, de uma Marinha Aristocrática e Monarquista em oposição ao Exército, que seria modernizante. Este estaria sob influência dos ventos ilustradores de doutrinas positivistas tecnicistas, que estimularam a busca por reformas naquela Força, de modo que, somado ao descontentamento militar decorrente de baixos soldos, etc., conduzira à participação militar no golpe de estado que implantou a República em 1889 e à primazia militar nos primeiros anos do novo Regime.

Que me perdoe o leitor por uma síntese tão breve, mas a tese é por demais conhecida para nos alongarmos nesta questão. A representação também é bastante compacta e bem construída, de modo que quase se dispensou de uma comprovação empírica mais sistema-

tizada, contentando-se os primeiros autores com escassas evidências documentais.

Também esta compreensão conduziu a algumas questões: se o desenvolvimento da ciência e da tecnologia afetou também e, especialmente, a Marinha, se as guerras do período e as batalhas navais decisivas que então ocorreram, bem como a corrida armamentista imperial que envolveu disputas das grandes potências na Europa, na África e na Ásia, provocaram um grande impacto no Brasil, porque a Marinha ter-se-ia mantido à margem do movimento político que garantiria maior influência desta nos seus próprios destinos políticos.

Este conjunto de questões apresenta, contudo, um grave limite historiográfico. Tomá-las como norteadoras implicaria em considerar que a *modernização tecnológica em curso* teria *fatalmente* conduzido à participação dos militares no processo intervencionista de 1889, como se *as intervenções na política fossem intrínsecas ao ethos militar* brasileiro.

Assim pude reunir vastas evidências empíricas e teóricas que comprovam as seguintes questões: a) a modernização tecnológica produziu um grande impacto nas Forças Armadas Brasileiras, especialmente na Marinha, ao longo do século XIX e início do XX; b) que há questões não respondidas sobre esta problemática; c) que salvo raras exceções pouco são conhecidos os debates acerca destes impactos, realizados no interior e no exterior das Forças Armadas; d)

pouco se sabe sobre as relações entre esta modernização e a atuação política de militares de ambas as Forças, se é que essas relações existem; e) se elas existem, por que produziriam efeitos distintos de modo a conduzir militares do Exército à intervenção política e à não participação de militares da Armada em 1889? Isto é, há uma relação entre modernização tecnológica e intervencionismo político? Seria o processo de *profissionalização do militar* que ocorre paralelamente a esta modernização responsável pela criação deste suposto *ethos intervencionista*? E quais seriam as relações entre os processos de modernização, o movimento de profissionalização e as transformações políticas e culturais de final do século XIX?

A “DESCOBERTA” DA IMPRENSA MILITAR DO SÉCULO XIX

Com esta série de indagações resultantes da pesquisa do doutorado, busquei então um lugar que me parecia privilegiado para acompanhar todos estes debates no âmbito da Marinha: a *Revista Marítima Brasileira*. Supunha (e as evidências têm comprovado esta suposição) que no âmbito desta revista encontraria os debates a respeito da modernização, os impactos desta na guerra e na arte da guerra, dos armamentos e couraças dos navios, da organização da força e das necessidades técnicas e de pessoal da mesma, da defesa nacional, etc.

Assim, foi com estas preocupações e expectativas que, no ano de 2011, regresssei ao Arquivo da Marinha e ao Departamento de História Marítima e Naval do DPHDM⁸, na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro. Iria iniciar minha pesquisa⁹ pela *Revista Marítima* a partir de 1881 e tracei um plano original de estudá-la até 1914, véspera da Grande Guerra, quando, então, as transformações que se iniciaram no século XIX, atingiram seu ápice. A partir deste período, as inovações tecnológicas alterarão substancialmente a guerra no mar.

São estes momentos de sorte na vida de um historiador, quando ele realiza uma “descoberta”. Por “descoberta” não refiro aqui a revelar uma novidade, mas no sentido da tomada de consciência da complexidade dos

processos sociais e da emoção do encontro com aquelas vozes de outros tempos, com as quais passamos a travar um diálogo mais amplo, mais instigante e mais rico. E, neste caso, o encarregado da Divisão de História Marítima, o Capitão Carlos Lopes, a quem sou extremamente agradecido, indagou se eu não iria incluir os exemplares da *RMB* dos anos de 1850 na minha pesquisa.

Em um primeiro momento fiquei perplexo, pois tinha notícia da *RMB* de 1881, não de uma *RMB* em 1850. Gentilmente, ele solicitou ao pessoal do setor de obras raras da Biblioteca de Marinha que enviasse os exemplares da *RMB* daqueles anos. Ao tomar contato com esta publicação, vislumbrei imensas possibilidades de pesquisa, uma vez que a problemática que havia traçado para o final do século XIX aparecia com força no periódico de 1850. Há, contudo, algumas diferenças. O periódico de 1881 é institucionalizado, isto é, uma revista da Marinha, com dotação orçamentária, editores nomeados pelo ministro, com todas as implicações de uma publicação institucional. Isto de modo algum significa dizer que ela é desprovida de interesse. Ao contrário. O que é importante destacar é que a *RMB* de 1851 é de *outra natureza*, de outro *tempo histórico*, que constitui uma amplificação da problemática apresentada e não pode ser ignorada, mas que parece guardar relações com a revista de 1881, que não são nem transparentes e muito menos óbvias.

Mas isto ainda se parece com aquela assertiva: quando puxamos um fio podemos ter uma meada inteira e inesperada nas mãos. Foi exatamente isto que aconteceu. Foi publicado um artigo na *RMB* nº 9, de março de 1928, intitulado “A Genesis desta Revista”. É reproduzido um fac-símile do número 09 de 1ª de maio de 1852, no qual há a seguinte imagem no frontispício:



Esta imagem é estampada apenas nas edições do ano de 1852, cujos originais não se encontravam na seção de Obras Raras da Biblioteca de Marinha. Assim, para tentar reconstituir a coleção da *Revista Marítima Brasileira* dos anos de 1850, dirigi-me ao setor de periódicos da Biblioteca Nacional. Lá, descobri que a *Revista* estava inteiramente microfilmada, e foi possível então recuperá-la na sua integralidade. A *Revista Marítima Brasileira* de meados do século XIX foi assim editada:

Ano	Período	Números	Volume
1851	1ª de março a 15 de dezembro	01 a 20	I
1852	1ª de janeiro a 1ª de dezembro	01 a 23	II
1853	1ª de janeiro a 15 de fevereiro	25 a 28	II
1853	1ª de julho a 15 de dezembro	01 a 12	III
1854	13 de janeiro a 30 de junho	13 a 24	III
1854	20 de julho a 13 de dezembro	01 a 11	IV
1855	1ª de janeiro a 28 de julho	12 a 21	IV

A *RMB* era editada e comercializada pela *Typographia do Diário* de Nicolau Vianna Lobo. No frontispício é informado que a *Revista* será publicada nos dias 1º e 15 de cada mês, na *Typographia* de Nicolau Vianna Lobo, onde se recebem assignaturas a 5\$000 rs por anno, pagas ao receber o pri-

meiro número. Esta tipografia havia pertencido a Zeferino Vito de Meirelles, vice-diretor da *Impressão Régia* a partir de 1822. Em 1844 ele a transfere para N. V. Lobo que a registra na Rua da Ajuda, 79. Em 1853, a antiga tipografia de João Ignacio da Silva também passa a ser de Nicolau Vianna Lobo, que em 1854 a transfere também para o mesmo endereço da oficina tipográfica do *Diário*. Em 1854, a empresa passa, até o mês de agosto, a denominar-se *Typographia* da viúva Vianna Júnior, razão alterada para *Typographia de Nicolau Vianna & Filhos*, esta mantida até 1872¹⁰.

A revista possui dois tipos de diagramação, uma mais simples, que foi utilizada nos volumes 1, 3 e 4 e uma mais elaborada empregada no volume 2.

Durante a busca pela *RMB* de 1852 na Biblioteca Nacional, tomei conhecimento de vários periódicos produzidos por militares destinados a militares, tanto do Exército como da Armada. De fato, esta descoberta decorreu do caso de estar procurando também o jornal intitulado *O militar* já estudado por John



Diagramação dos volumes 1, 3 e 4.
Fonte: Biblioteca de Marinha – DPHDM – Marinha do Brasil



Diagramação V 2.
Fonte: Arquivo de Periódicos Microfilmados – Biblioteca Nacional
Microfilme Digitalizado no CDPH - UEL¹¹

Schulz e por Adriana Barreto de Souza¹², pois nessa ocasião já julgava pertinente ao desenvolvimento da pesquisa uma comparação entre o discurso dos militares da Marinha e do Exército acerca dos temas sobre a modernização, a história, a política e a força, que estão presentes na *RMB*.

Uma primeira e muito superficial leitura indicou, contudo, que se tratava de uma imprensa periódica militar, produzida por militares e destinada prioritariamente a militares, mas também a outros sujeitos e à sociedade de modo geral, que possuem temáticas e interesses comuns. Trata-se, portanto, de periódicos inseridos na produção editorial de caráter ilustrado-científico no Brasil, bem como nos quadros de um debate internacional sobre ciência e tecnologia aplicadas à guerra, em curso desde final do século XIX e início do século XX, quando as transformações adquiriram grandes proporções. A modernização científica e tecnológica e o fim da sociedade escravista implicam também na reflexão sobre questões como a organização da Força, a formação de oficiais, marinheiros e soldados, a legislação penal, etc. Em suma, estes temas de dimensão internacional são debatidos por esta im-

prensa militar. Até o momento, a imprensa militar não foi tematizada como tal. De fato, no conjunto da produção sobre imprensa no século XIX não se categoriza uma *imprensa militar*, assim como também os estudiosos dos militares não se debruçaram sobre estes documentos tomando-os como *objeto de análise* e não apenas como fontes. Na realidade, nem mesmo como fontes estes periódicos foram utilizados, aparentemente a maioria deles é desconhecida dos historiadores.

No ano de 2013, por ocasião do VII Encontro Nacional da Abed, em Belém, no âmbito do Simpósio de História Militar, coordenado por mim e pelo Professor Eduardo Svartman da UFRGS, tive o prazer de conhecer o trabalho de Fernanda de Santos Nascimento, que investiga, no âmbito de sua tese de doutoramento, a imprensa periódica militar do século XIX, especificamente os periódicos produzidos pelos militares do Exército¹³. Imediatamente, uma colaboração se estabeleceu entre nós. Assim, considerando os periódicos arrolados por aquela pesquisadora e os por mim levantados (há alguns que ambos pesquisadores consideraram), verifica-se o seguinte quadro:

Título	Período	Números	Situação na BN
O Cidadão soldado	1833	01	Digitalizado
O Militar no Rio de Janeiro	1833	01	Digitalizado
O Soldado Afflicto	1833	01	Digitalizado
O Tareco Militar	1833	02	Digitalizado
O Militar	1839	01	Digitalizado
O Soldado Brasileiro	1849	03	Digitalizado
Revista Marítima Brasileira	1851-1855	89	Microfilmado
O Brazil Marítimo	1854-1859	–	Microfilmado
O Militar	1854-1861 ¹⁴	25	Microfilmado e Digitalizado
O Militar Brioso	1855	16	Digitalizado
Annaes Maritimos	1861	10	Digitalizado
O Indicador Militar	1862	21	Digitalizado
O Soldado e o Marinheiro	1869	07	Digitalizado
Gazeta Naval	1877	03	Digitalizado
Echo Militar	1878-1879	–	Microfilmado
O Soldado	1881	36	Digitalizado
O Marinheiro	1881	01	Microfilmado
Tribuna Militar	1881-1882	72	Digitalizado

Escola Militar, Revista do Club Acadêmico	1881-1883	03	Digitalizado
Echo da Marinha	1888	01	Microfilmado
O Echo Militar: órgão do Collegio Militar.	1891	–	Microfilmado
O Brasil Militar	1895-1896	38	Digitalizado
A época, revista militar, científica e literaria	1895	–	Microfilmado
A Palavra: revista militar e litteraria luz e uniao.	1895	–	Microfilmado

Algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar é importante destacar que esta tabela é parcial. É possível que outros periódicos militares sejam encontrados em outros arquivos e centros de pesquisa, ou mesmo na própria Biblioteca Nacional. Além disto, não foi possível verificar a quantidade de números dos periódicos microfilmados, que exigem uma contagem manual, pois as fichas individuais da Biblioteca Nacional não informam este dado.

De qualquer modo, a tabela comprova o que falávamos sobre a imprensa militar no século XIX. A tomar-se como indicativo o título do periódico pode-se supor que apenas sete de um total de 24 são periódicos vinculados à Marinha, e pelo menos um no qual oficiais do Exército e da Marinha produziram conjuntamente no período da Guerra do Paraguai. Assim é pertinente tratá-los, quer pelo número como pelas problemáticas que aparecem nestes periódicos, já minimamente indicados aqui, como imprensa militar.

Outra observação importante reside no fato de que a maioria dos periódicos militares surgiu após 1850, isto é, quando, por um lado, o império adquire notável estabilidade política com o predomínio saquarema e com a conciliação. É o momento das grandes reformas no império, e isto certamente pode ter estimulado o desejo dos militares em participarem e opinarem acerca dos destinos de suas respectivas instituições.

Este também é o momento que o mercado editorial no Brasil se dinamiza com o advento de tecnologias, como a prensa litográfica rotativa, que possibilitam uma ampliação na reprodutibilidade. Assim, os anos da década de 1850 tornam-se o domínio das revistas ilustradas e os da de 1860

das ilustradas, satíricas. Também o mercado editorial, em termos globais, foi agitado pelo aumento das atividades de divulgação científica, especialmente a partir dos anos de 1860¹⁵.

Mais para o final do século a guerra do Paraguai e a crise militar do Império parecem ter capitalizado o esforço dos editores destes periódicos. Este não é, contudo, o momento de se adiantar conclusões sobre hipóteses ainda em investigação. Mas, de fato, não resta dúvida que no final do século XIX, a crise política é tema dos periódicos, como se pode perceber através da manifestação da veia poética do articulista de *O marinheiro*, a representação que certos militares faziam dos civis naqueles anos de 1881:

Os bacharéis

Perguntava-se ha poucos dias,
a certo padre taful
Por que inundam bacharéis,
Tanto a América do Sul
Fica o padre pensativo,
carrega o sobr'olloho e a cara
E de pronto responde
Com voz pesada e amara:
Castiga Deus quando apraz
Com sua ira os fiéis:
teve o Egito gafanhotos
O Brasil tem bacharéis.

PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA IMPRENSA MILITAR

De há muito os historiadores utilizam a imprensa em suas pesquisas. A despeito de certa resistência por entender a narrativa jornalística como parcial e não neutra – segundo os mais tradicionais – a impren-

sa tem sido empregada no mais das vezes como *fonte de informação*. Mesmo aqueles que supostamente buscam fazer uma *análise* terminam, muitas vezes, reduzindo-se a uma descrição do jornal, da revista, etc.

Um marco na tomada da imprensa como *objeto de análise* no Brasil foram os trabalhos pioneiros de Maria Helena Capelato¹⁶, cuja análise se configura como a crítica da ideologia da imprensa paulista. Uma abordagem bastante significativa neste sentido é a que Siegfried Kracauer desenvolve no texto *Rebelião dos estratos médios: uma discussão com o Circulo Tat* no qual analisa o periódico *Die Tat*¹⁷. Isabel Lustosa constitui outro marco na historiografia brasileira com seus vários trabalhos, em especial *Insultos Impressos – A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*¹⁸, sua tese de doutoramento. Recentemente há, por assim dizer, uma explosão editorial em torno do tema da imprensa e do periodismo científico no oitocentos brasileiro¹⁹.

Alguns pesquisadores desta nova safra têm procurado trabalhar no âmbito interdisciplinar entre comunicação e história²⁰. Isto implica em outra abordagem, no caso em questão, da imprensa periódica. Não se trata de uma abordagem mais descritiva do periódico. Ela envolve um aprofundamento da crítica da ideologia, através da Análise de Discurso, da Análise de Conteúdo²¹.

Temos também trabalhado²² com a *Revista Marítima Brasileira* na tentativa de construção de uma abordagem interdisciplinar na qual confluam as reflexões da História e da Comunicação.

Desta perspectiva trata-se de compreender com McLuhan que o “meio é a mensagem”²³, mas, para além disso, de avançar na reflexão e compreender com Jesús Martín-Barbero que o meio é a mediação, entendida esta última como remissão a

a cadeias envolvendo produtos, produtores e receptores e os deslocamentos de significados entre essas diferentes instâncias. A ênfase muda da produção para a recepção, e o programa epistemológico condiciona cultura e comunicação como processos simultâneos e codependentes reuni-

dos sob a égide da mediação. Com isso, a mediação compreende uma vasta gama de intersecções entre cultura, política e comunicação e equaciona as diferentes apropriações, recodificações e ressignificações que ocorrem na produção e recepção dos produtos comunicacionais. (...) produção, recepção, meio e mensagem só podem ser pensados como um processo contínuo (...) posições de onde é possível compreender a interação social entre emissão e recepção (...). [Assim] a mediação estabelece uma interdependência dinâmica entre cultura e comunicação (...) [e é] o ponto central da produção do sentido social. (...) os contextos tornam-se acessíveis somente mediante a dinâmica comunicacional da cultura²⁴.

Neste sentido, é preciso entender a própria produção de um periódico como processo de mediação política e cultural que constrói um espaço público através do qual os militares se fazem presentes na arena política como atores legitimados em suas pretensões, posto que esta elaboração implica na construção de sua auto imagem e de sua instituição – a força armada – como espelho da nação.

Assim, os periódicos militares podem ser entendidos como uma arma que demarca territórios políticos, instaura diretrizes para a construção da força armada, da defesa nacional e da própria nação a partir de moralidades e princípios nacionalistas e patrióticos, em oposição aos civis;

Definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear construído sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem, de forma alguma, a guerra como objeto; tem como objeto um espaço muito espacial, um espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente essa combinação máquina de guerra – espaço liso²⁵

Observa Júlio Benvoglio que máquinas de guerra espalham-se de modo rizomático e são agrupamentos de resistência e de de-

safio que constroem linhas de fuga, sendo difícil localizar seu começo, apenas suas genealogias²⁶.

Assim entendidos os periódicos militares demandam uma análise específica, que implica em reflexões acerca de sua natureza, de seu modo de produção, de seu público e de seu universo ideológico para que se possa compreender os territórios que produz e demarca, que ocupa e propaga, visando objetivamente a conquista do poder.

Este é o caso da *Revista Marítima Brasileira*, e, certamente, é o caso de outros periódicos aqui, cujo estudo, certamente, propiciará uma melhor compreensão do Brasil oitocentista, de suas Forças Armadas e das relações entre militares, sociedade e poder, elidindo uma análise que tenha por finalidade apenas ratificar uma teoria já posta como pressuposto da pesquisa: a explicação – toda teleológica a final – da intervenção militar na política através da participação no golpe de estado de 1889.

¹ Este artigo está vinculado ao Projeto *O Lugar da Revista Marítima Brasileira* no periodismo científico militar brasileiro. Tem financiamento do CNPq, na forma de Bolsa Produtividade (2013) e de recursos de Edital Universal de Pesquisa.

² ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

³ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: UNB, 1990.

⁴ CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.

⁵ Um oficial da Amada. *Política versus Marinha*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911. PAULO, Benedito. (Adão Manuel Pereira Nunes). *A revolta de João Cândido*. Porto Alegre: Independência, 1943. MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986 (a primeira edição é de 1958). FILHO, Mário Maestri. *1910: A revolta dos marinheiros – uma saga negra*. São Paulo: Global, 1982. SILVA, Marcos Antônio da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. IFCH-Unicamp, 1997. ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp, 2002. CAPANEMA P. de ALMEIDA. La construction d'un événement: la 'revolta da chibata' (Rio de Janeiro, 1910) dans ses antécédents, sa réception et sa mémoire. Mestrado. Paris: EHESS, 2004. CAPANEMA P. de ALMEIDA. ous, marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910. Doutorado. Paris: EHESS, 2009. MOREL, Marco, CAPANEMA P. de ALMEIDA, FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira e ARIAS NETO, José Miguel. Dossiê: Revolta da chibata – 100 anos: História e Historiografia. *Antíteses*. V 03, dezembro de 2010, Número Especial.

⁶ UM OFICIAL DA ARMADA. *Política versus Marinha*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

⁷ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985

⁸ Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, antigo SDM – Serviço de Documentação da Marinha. É importante destacar que essa importantíssima diretoria abriga, entre outros repartições, o Arquivo Histórico, o Departamento de História Marítima e Naval e a Biblioteca de Marinha, que são os mais importantes órgãos para a pesquisa de História Marítima e Naval do Brasil. Ao pessoal desta repartição sou extremamente grato pelo apoio que tenho recebido em minhas pesquisas ao longo dos últimos 13 anos.

⁹ Trata-se da pesquisa de estágio Pós-Doutoral desenvolvida nos anos de 2010 e 2011 junto ao Programa de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, sob supervisão do Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo do Inest – Instituto de Estudos Estratégicos.

¹⁰ BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984, p. 7; 68;78. In ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 – A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX*. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, p. 4-29, 2012.

¹¹ O microfilme foi adquirido na Biblioteca Nacional e digitalizado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

¹² SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994. SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹³ NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização do Exército Brasileiro (1850-1881)*. 2013. Exame de qualificação (Doutorando em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹⁴ O Catálogo da Hemeroteca Digital Brasileira da BN indica que este jornal existiu no período de 1854 a 1869. Contudo, microfilmados há apenas os anos de 1854 e 1855. Digitalizados há os anos de 1854, 1855, 1860 e 1861.

¹⁵ Acerca destas questões ver: CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In KNAUSS, Paulo, et alli. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Mauad X; FAPERJ, 2011. FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil. In KNAUSS, Paulo, et alli. *Op. Cit.*. MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARINI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In MOREIRA, Ildeu et alli. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio

de Janeiro Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima... *Op.Cit.*

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; CAPELATO, Maria Helena: *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*.

¹⁷ Para Kracauer o referido jornal, "em seus argumentos a favor de uma síntese autoritária de nacionalismo e socialismo (...) foi central para a revolução conservadora e pavimentou um caminho ideológico para nacional-socialismo nascente. In: KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosacnaif, 2009, p. 123 nota 1.

¹⁸ LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos – A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁹ Além dos clássicos, como a História da Imprensa de Nelson Werneck Sodré, podemos mencionar as publicações mais recentes, inclusive quanto ao periodismo científico: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. NEVES, Lúcia M. B.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da G. (Orgs). *História e imprensa*. Rio de Janeiro: DP & A, Faperj, 2006. DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Anablume, 2006. MIRANDA DE SÁ, Dominichi. *A ciência como profissão*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. KURY, Lorelay. *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito e CORRÊA, Maria Leticia (Orgs.). *200 anos de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. AZEVEDO, Sílvia Maria. *Brasil em Imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)*. São Paulo: EDUNESP, 2010. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2010. BARBOSA, Marinalva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini: a Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal*. São Paulo: Devir Livraria, 2011. LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. COSTA, Carlos. *A Revista no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2013. BARBOSA, Marinalva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

²⁰ Ver por exemplo, RIBEIRO, Ana Paula Goulart e HERSCHMANN, Micael (Orgs.). *Comunicação e História*. Rio de Janeiro: Globouniversidade, Mauad X, 2008.

²¹ Para uma compreensão da Análise de Conteúdo ver NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Op. Cit.*

²² Além do meu próprio trabalho, dois orientandos de Iniciação Científica e de TCC desenvolvem suas pesquisas iniciais com a *Revista Marítima Brasileira*. Já há dois artigos produzidos pelos mesmos, bem como um terceiro sobre os periódicos científicos militares no qual se estabelece uma primeira comparação entre a *RMB* e o *Militar*. CONDÉ, Sylvio S. Maia. *História e política na Revista Marítima Brasileira 1851-1854*. Relatório de Iniciação Científica. UEL, 2012. Projeto com financiamento da Fundação Araucária na forma de bolsa de IC. VILAS BOAS, Elias Augusto. *Ciência e tecnologia em periódicos Militares do Segundo Reinado*. Relatório de Iniciação Científica. UEL, 2012. Projeto com financiamento do CNPq na forma de bolsa de IC. VILAS BOAS, Elias Augusto. *A ciência e a tecnologia em periódicos militares no império: As condições técnico-científicas da armada (1851-1855)*. Trabalho de Conclusão de Curso. UEL, 2013.

²³ Apud MENEZES, Lená Medeiro de e LESSA, Mônica Leite. Circuitos da informação na "era da catástrofe". Notas sobre a imprensa escrita em tempos de guerra e revolução. In FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito e CORRÊA, Maria Leticia. *200 anos de imprensa... Op.Cit.*, p. 201.

²⁴ Apud BASTOS, Marco Toledo. Medium, Media, Mediação e Mídiação. In MATTOS, Maria Ângela, JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (Orgs.). *Mediação e Mídiação*. Salvador; Brasília: EDUFBA/Compós, 2012, p. 63. Ver também MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

²⁵ Deleuze, Gilles e Guattari, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tratado de nomadologia. São Paulo: Ed.34, v. 5, 1997, p. 50. Apud BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. *História Revista*, Goiânia, v. 17, nº 1, p. 223-238, jan./jun. 2012. p.226.

²⁶ Idem, ibidem.